

**PSICOLOGIA E POLÍTICA: HISTÓRIAS E PERSONAGENS DAS POLÍTICAS  
PÚBLICAS**

Psychology and politics: history and personage of public's politics

*Ana Paula da Silva Dettmann<sup>1</sup>*  
*Elizabeth Maria Andrade Aragão<sup>2</sup>*  
*Lilian Rose Margotto<sup>3</sup>*

Vitória(ES), vol. 4, n. 1  
Janeiro/Junho 2015

***SOFIA***  
Versão eletrônica

---

<sup>1</sup> Psicóloga e mestra em Psicologia Institucional, Universidade Federal do Espírito Santo - apdettmann@yahoo.com.br

<sup>2</sup> Professora Doutora do Departamento de Psicologia, Universidade Federal do Espírito Santo - baragao60@gmail.com

<sup>3</sup> Professora Doutora do Departamento de Psicologia, Universidade Federal do Espírito Santo - lilian\_margotto@yahoo.com.br

**Resumo:** O cenário contemporâneo da Política Pública de Assistência Social é apresentado através da Psicologia Institucional e da História Oral, que direciona a uma certa visão da Psicologia sobre a Política de Assistência Social. Destaca-se a questão do poder, entremeadado às estratégias biopolíticas de controle e resistências, que ora reproduzem normatizações, ora produzem linhas de fugas. Reapresentadas a partir de personagens, as histórias do cotidiano da política ganham nome e personificam características destes nos jogos de poder da atualidade. A exemplo das figuras, constam o Carcereiro, o Capitão do Mato, o Leão de Chácaras, compostos de seus mecanismos de vigilância em uma ampla extensão do controle social; além da Rainha de Copas, com os seus dispositivos do controle virtual, marcados por abusos psicológicos e assédios morais. Atravessados por esses acontecimentos, é que se chega às vias possíveis de transformação de si e da sociedade, com uma visão clínica e crítica dessas práticas.

**Palavras-chaves:** Psicologia; Assistência Social; Políticas Públicas.

**Abstract:** The present days concerning Public Social Assistance Policy are revealed by Institutional Psychology and Oral History, which leads to a specific point of view from psychology to the Social Assistance Policy. The issue of power highlights, intermixed with biopolitics strategies of control and resistance, which sometimes reproduce policies, sometimes produce escape from reality. Performed from characters, the day by day political stories emerge and embody these features in the game of power nowadays. For instance, Jailer, Forest Captain, Lion of Farms emerge with their surveillance mechanisms in a wide range of social control; besides the Queen of Hearts, with its virtual control devices, known by psychological abuse and moral harassment. One can get possible ways to transform itself and society, aware by these events, with clinical and critical views of these practices.

**Keywords:** Psychology; Social Service; Public Policy.

O presente trabalho apresenta o cenário contemporâneo da Política Pública de Assistência Social, analisado por meio da Psicologia Institucional e da História Oral, observou as relações e jogos de poder que circulam nas políticas de gestão e controle da vida assim como nas práticas de resistências. A problemática da pesquisa evoluiu em torno dos modos de constituição das práticas, potencializadoras ou não, de profissionais no cotidiano instituído das políticas públicas.

Delimitado o recorte devido a amplitude do tema, o debate aqui se fez no âmbito da Assistência Social, mais especificamente, a Psicologia como profissão vinculada a essa política. Sem a pretensão de tratar de todos os elementos da formação nem da Psicologia nem da Política, tais áreas foram privilegiadas como um recorte, sabendo, sobretudo, que as observações/problemáticas discutidas são concernentes a outros campos da política pública atual. Políticas de Educação, Saúde, Segurança Pública, entre outras, são apresentadas em inúmeras outras pesquisas sobre os cenários atuais dessas políticas. Compreendem-se, assim, as problemáticas discutidas como uma interrelação direta do sistema econômico-político com as práticas vigentes.

Nesse sentido, o objetivo foi pesquisar a visão dos psicólogos sobre a Política de Assistência Social que eles próprios desenvolvem, partindo de suas concepções acerca do próprio conceito de Política de Assistência Social, alguns aspectos do cotidiano de trabalho embrenhados em jogos de poder e, por fim, as práticas de resistência.

A metodologia utilizada foi a coleta de depoimentos em forma de relatos orais, que foram gravados, transcritos e agrupados em temáticas que sobressaíram como relevantes nas narrativas. A proposta, pautada na História Oral, foi utilizada com o intuito de aproximação com o cotidiano de trabalho, com a história da política, dos padrões sociais, a história das comunidades, das instituições e das experiências.<sup>4</sup> A opção por essa metodologia não foi meramente estética ou científica, mas foi fundamentalmente política.

Contar histórias, articular historicamente o passado, posicionar-se em relação ao passado e fazer um diagnóstico do presente não são atitudes que se diferenciam nas discussões benjaminianas e, talvez aí, se elaborem as maiores contribuições para um estudo das narratividades nas sociedades contemporâneas.<sup>5</sup>

Utilizamo-nos de Benjamin, uma vez que a questão da narratividade trazida pelo autor proporciona a figura do contador de histórias. O narrador é, exatamente, o portador do acervo de toda uma vida, não só da própria experiência, mas também em grande parte da experiência alheia.<sup>6</sup> Os entrevistados dessa pesquisa nada mais foram do que contadores de histórias. Onze (11) psicólogos, servidores públicos, que atuavam na Assistência Social no Espírito Santo, e que participavam do Fórum Estadual dos Trabalhadores do SUAS, que é um espaço permanente de representação e deliberação política. As entrevistas, que aconteceram, no ano de 2012, tinham um roteiro semiestruturado a ser vencido, com temas extremamente amplos, a fim de propiciar depoimentos e relatos pessoais sobre formação, experiências profissionais, Política, Psicologia e Fórum dos Trabalhadores.

Esses psicólogos narraram suas histórias que não se separam de modo algum do período histórico em que vivemos e do contexto político que envolve formação e trabalho na atualidade. Essa abordagem discursiva considera que as formações e as práticas não são apresentadas com um percurso único presente nelas mesmas, mas sim que são construídas mediante as relações de poder que estão instituídas, bem como os jogos institucionais que instituem novas práticas.<sup>7</sup>

Nessas análises, a discussão da Política evocou uma pluralidade de ideias. A

---

<sup>4</sup> ALBERTI, *Ouvir e contar*.

<sup>5</sup> FERREIRA, Walter *Benjamin e a questão das narratividades*, p. 127.

<sup>6</sup> BENJAMIN, *Sobre o conceito da história*, p.222-253.

<sup>7</sup> ORLANDI, *Análise do discurso*; Interpretação. PÉCHEUX, *O discurso*.

despeito das primeiras concepções que vêm da Antiguidade, priorizaram-se as profundas transformações na sociedade ocidental, a partir do século XVIII, incitadas por um conjunto de elementos, tal como a Revolução Francesa, a Revolução Industrial e a ascensão da burguesia como classe dominante. Estes foram identificados como vetores de alterações significativas nos âmbitos econômico, social e político. Foi a partir desse conjunto de mudanças na sociedade – as quais engendraram uma nova lógica econômica e social, que interferiram profundamente nos modos da produção do trabalho, da administração pública e da gestão política – que nos debruçamos em uma interlocução com Foucault e Deleuze, sobre os temas do poder, biopoder, política, biopolítica e biopotência.

É tal a conjuntura das Políticas Públicas que se consolidaram, que a análise aqui empregada não podia ser outra senão a de uma perspectiva de que a filosofia política não pode ser atual se não for centrada na análise do capitalismo e do seu desenvolvimento. Assim como as sociedades contemporâneas, as suas formas de governo não podem ser entendidas senão pela conjuntura de relações políticas e econômicas e pela ideia que o capitalismo não deixa de expandir seus limites, e cada vez, em uma escala mais ampliada.<sup>8</sup>

Destaca-se, assim, a questão do poder. As relações políticas estabelecidas em jogos de força e poder apresentam-se entremeadas às estratégias biopolíticas de controle e resistências, que ora reproduzem regras e normatizações, ora produzem linhas de fugas que desviam e galgam outros possíveis modos de vida.

Entendendo, aqui, que o poder não se dá em termos de localização em um aparelho estatal personificado ou institucionalizado. Mas sim, a partir da compreensão de que o Poder é um exercício e só existe nas relações de força, em uma situação estratégica e em um dado momento. Para Foucault, o poder é

a multiplicidade de correlações de força imanentes ao domínio onde se exercem e constitutivas de sua organização; o jogo que através de lutas e afrontamentos incessantes as transforma, reforça, inverte; os apoios que tais correlações de força encontram umas nas outras, formando cadeias ou sistemas ou, ao contrário, as defasagens e contradições que as isolam entre si, enfim, as estratégias em que se originam e cujo esboço geral ou cristalização institucional toma corpo nos aparelhos estatais, na formulação da lei, nas hegemonias sociais.<sup>9</sup>

Anteriormente, esse poder se localizava nos soberanos, portadores do poder de *fazer morrer e deixar viver*, que, na verdade, era o poder sobre a morte, de decidir sobre a morte de seus súditos.<sup>10</sup> Contudo, a modalidade de exercício de poder se modificou. O poder passou então a ser exercido sobre a vida, quando são pensadas formas de gerir, administrar e

<sup>8</sup> DELEUZE, *Conversações*.

<sup>9</sup> FOUCAULT, *A História da Sexualidade I*, p. 88

<sup>10</sup> FOUCAULT, *Em defesa da sociedade*.

maximizar a vida. Sua forma de atuação passou a consistir em *fazer viver e deixar morrer*, constituindo-se o denominado biopoder. Definido por Foucault, como “o conjunto dos mecanismos pelos quais aquilo que, na espécie humana, constitui suas características biológicas fundamentais vai poder entrar numa política, numa estratégia política, numa estratégia geral de poder”.<sup>11</sup>

O sujeitamento dos corpos foi feito em instituições fechadas, como escolas, prisões e hospitais, cujo funcionamento se dá em torno da obediência às regras e normas, que incitam uma ação disciplinar, com efeito direto sobre os corpos. Mas ao lado disso, surgiram os problemas de regulação da população, como natalidade, mortalidade, saúde pública, habitação. Fenômenos estes que foram abarcados por mecanismos de poder e controle social, no final do século XVIII, quando a biopolítica, então, sobressaiu como outra tecnologia de poder, exercida através de uma política de regulamentação. Assim, o exercício do poder não mais se deu em termos do corpo-indivíduo, mas sobre o corpo social, sobre a população, em seus fenômenos coletivos e políticos, as massas. Os governos, então, não mais se definiram pela territorialidade, mas tiveram como alvo a população e empregam instrumentos de controle econômico e de saberes no interior de uma série de aparelhos específicos. Para Foucault, a biopolítica se trata, “em resumo, de levar em conta a vida, os processos biológicos do homem-espécie e de assegurar sobre eles não uma disciplina, mas uma regulamentação”.<sup>12</sup>

Mais que uma velha tradição ou uma nova ideologia, a biopolítica é traduzida em uma tecnologia de controle da população em dimensões globais com efeitos regulamentadores e protecionistas da vida. É desse modo que o Governo assume a forma de dirigir a conduta dos indivíduos ou dos grupos, agindo sobre as possibilidades de ação do outro, na perspectiva que “governar é estruturar o eventual campo de ação dos outros”,<sup>13</sup> através de um controle contínuo implantado nas formas sutis de educação, sanção e tratamento na Sociedade de Controle.<sup>14</sup> O novo modo de governar se dá pela Governamentalidade, que se define em termos de um

conjunto constituído pelas instituições, procedimentos, análises e reflexões, cálculos e táticas que permitem exercer esta forma bastante específica e complexa de poder, que tem por alvo a população, por forma principal de saber a economia política e por instrumentos técnicos essenciais os dispositivos de segurança.<sup>15</sup>

As formas de controle e governo das populações e dos indivíduos são flexíveis e

<sup>11</sup> FOUCAULT, *O nascimento da Biopolítica*, p. 3

<sup>12</sup> FOUCAULT, *Em defesa da sociedade*, p. 294

<sup>13</sup> FOUCAULT, *O sujeito e o poder*, p. 244.

<sup>14</sup> DELEUZE, *Conversações*.

<sup>15</sup> FOUCAULT, *A Governamentalidade*, p. 171

sutis. São associadas às determinações das ciências da vida, de um modo geral, biomédicas, humanas e sociais. Em suas formas tão múltiplas de relações, o Estado, embora não mais centralize os jogos do poder, atrai-nos e captura-nos como se as questões públicas estivessem concentradas no seu interior. São governamentalizadas, elaboradas, racionalizadas, centralizadas na forma das instituições do Estado.<sup>16</sup> As ações do Estado são mais amplas e difusas, não se vinculando mais ao domínio totalizador ou a proteção essencial à sobrevivência. Ele se figura como protetor dos direitos do cidadão, em que a família e o indivíduo devem ter suas vidas protegidas para que possam investir em uma ascensão na qualidade da vida disponibilizada pelo sistema de consumo.<sup>17</sup>

O Capital, com os seus mecanismos do Estado e modos de Governo, produziram uma gama de informações, serviços, desejos. O consumo não se dá apenas em termos de bens, mas também de formas de vida. São subjetividades produzidas pela biopolítica. Subjetividades estas que são produzidas nesse processo de consumo social, responsabilizando individualmente a cada um pelo trabalho ou estudo que permitirá ascender socialmente.<sup>18</sup>

Subjetividade que não se refere às concepções de identidade, de estrutura psíquica ou de personalidade, mas traz o sentido da produção das formas de se relacionar, dos afetos construídos, dos modos de vida.

A subjetividade nos fala de territórios existenciais que podem tornar-se herméticos às transformações possíveis, como mapas, ou podem tornar-se abertos a outras formas de ser, como nas cartografias. Os modos de subjetivação referem-se à própria força das transformações, ao devir, ao intempestivo, aos processos de dissolução das formas dadas e cristalizadas, uma espécie de movimento instituinte que ao se instituir, ao configurar um território, assumiria uma dada forma-subjetividade.<sup>19</sup>

O problema intrínseco ao sistema emerge quando nem toda a população pode acessar todos os bens disponíveis na sociedade, ocorrendo a expropriação da vida pelo capital. O poder exercido nessa lógica prevê a problemática da miséria e os mecanismos de controle da população expropriada pelo capital.<sup>20</sup>

Essas histórias rerepresentadas em forma de personagens, pelos próprios entrevistados da pesquisa, ganharam nome e personificaram características destes nos jogos de poder da atualidade. Eles não são reais, tampouco mitológicos, mas se apresentaram como analogias possíveis às diferentes formas de atuação profissional que cada um experimentava no seu cotidiano de trabalho. Esses personagens, históricos ou literários, popularmente

---

<sup>16</sup> BARROS & PASSOS, A humanização como dimensão pública das políticas públicas de saúde, p.561-571

<sup>17</sup> BENEVIDES, *Clínica e social*, p.123-129.

<sup>18</sup> PELBART, *Vida Capital*.

<sup>19</sup> MACHADO, *Subjetividades contemporâneas*, p. 212

<sup>20</sup> PELBART, *Vida Capital*; DELEUZE, *Conversações*.

conhecidos, condensam o modo como os psicólogos exprimiam sentidos, ideias e práticas relacionadas à sua atuação diante de diferentes demandas do trabalho que exercem na política de Assistência Social. Tais personagens foram de importância fundamental para efetuar uma análise da conexão entre Política e Psicologia. A exemplo das figuras, constam o Carcereiro, o Capitão do Mato, o Leão de Chácaras, compostos de seus mecanismos de vigilância em uma extensão do controle social sobre trabalhadores e usuários da política; além da Rainha de Copas, com os seus dispositivos do controle virtual, marcados por abusos psicológicos e assédios morais ao trabalhador.

A analogia é utilizada com a perspectiva de relacionar elementos não justaponeíveis, aproximando um contexto, psicológico, social e semiótico, que, entre expressão e conteúdo, se transforma numa equivalência aproximativa, com a produção de novos laços de sentido, correspondência e coerência entre os personagens pelas semelhanças e determinados quadros de valores ao nível do imaginário.

As figuras, e a analogia enquanto tipo particular, não são ornamentos, mas a base do pensamento criativo. Para Walter Benjamin, a categoria de semelhança (noção análoga a de analogia) conhece desenvolvimentos ilimitados ao nível da não-consciência. Usando expressões como “sobreposição”, “coincidência”, o autor designa com o termo semelhança o fato de que “cada coisa tem o grau de presença física que permite procurar nela, como num rosto, a aparição de certos traços”. [...] Em Benjamin, a semelhança, ou mesmo a analogia (num sentido mais lato), implica, pois, a justaposição enigmática de realidades aparentemente opostas.<sup>21</sup>

As histórias começam por um combate às coisas que se arrebetam ou nos arrebetam, narrando conteúdos que não cabem em suas caixas pré-fabricadas nem possuem substâncias que alimentam o corpo, mas o deformam, além dos personagens que são tragados pelo fantástico e nos trazem.<sup>22</sup>

Através das duras linhas segmentadas pelas políticas públicas, a Psicologia, que também se constituiu como ciência da vida, pactuou com as biopolíticas de gestão da vida, ora reforçando alianças e práticas despotencializadoras ora promovendo a vida em toda a sua potência. São estes novos modos de o Estado gerir a vida como uma “obsessão pelo poder para cuidado purificador da vida” que são apresentados os personagens que se configuram a partir de um “caráter humanitário de intervenções políticas que visam incentivar, proteger, estimular e administrar” a vida das pessoas.<sup>23</sup>

Os entrevistados apontaram que para as estratégias do biopoder de assujeitamento nessa política, o modelo de controle era utilizado tal como nas instituições escolares,

<sup>21</sup> PIRES, *Analogia e Semelhança*.

<sup>22</sup> DELEUZE, *Lewis Carroll*, p.31-32.

<sup>23</sup> DUARTE, *Biopolítica e resistência*, p. 50.

hospitalares e prisionais, em que o espaço era esquadrinhado e os corpos eram docilizados e controlados pela disciplina.<sup>24</sup> Deparamo-nos, inicialmente, com a ideia constituída pela sociedade disciplinar no que se refere aos mecanismos de controle utilizados nas instituições de confinamento e disciplinarização dos sujeitos. Para Foucault, o sistema carcerário é o modelo disciplinar mais típico, que encarna as tecnologias de coerção dos sujeitos, ainda que os mesmos mecanismos sejam utilizados tanto nas escolas quanto nos hospitais e em outras instituições como os modelos da família, exército, oficina, escola, judiciário, ainda na medicina e religião. “Porque é a forma disciplinar no estado mais intenso, o modelo em que concentram todas as tecnologias coercitivas do comportamento. Tem alguma coisa ‘do claustro, da prisão, do colégio, do regimento’”.<sup>25</sup>

Ainda que a própria disposição dos espaços físicos dos equipamentos sociais oferecesse a ideia de vigilância, a posição do profissional se tornava a problemática que produzia a figura do soldado. A analogia do sistema com o personagem tangia a transição da imagem corajosa do soldado para a fabricação de um corpo de acordo com as exigências da função. A disciplina fabricava corpos submissos e exercitados – os corpos dóceis. A criação desse modo de trabalho se constituía nas políticas de atendimento das instituições que recorriam à normatização e à individualização do assujeitamento ao padrão normativo, e concebiam a figura desse funcionário. Tanto os funcionários de menor escalão quanto os diretores, em suas devidas hierarquias, exerciam o poder de vigilância, com a permanente observação desses espaços e reais captações dos corpos.

O soldado tornou-se algo que se fabrica; de uma massa informe, de um corpo inapto, fez-se a máquina de que se precisa; corrigiram-se aos poucos as posturas; lentamente uma coação calculada percorre cada parte do corpo, se assenhoreia dele, dobra o conjunto, torna-o perpetuamente disponível, e se prolonga, em silêncio, no automatismo dos hábitos.<sup>26</sup>

E para a formação destes chefes fora organizada na colônia uma escola especializada. O elemento essencial de seu programa era submeter os futuros administradores aos mesmos aprendizados e às mesmas coerções que os próprios detentos: eram "submetidos como alunos à disciplina que deveriam como professores impor mais tarde". Era-lhes ensinada a arte das relações de poder.<sup>27</sup>

Nesse sentido, alguns depoimentos trouxeram o cotidiano do trabalho na Assistência Social com uma analogia de um sistema de vigilância e controle, não apenas delimitado pela distribuição dos espaços, mas muitas vezes por uma lógica de vigilância contínua, produzida pela disciplina e normas. As narrativas apontam que, por vezes, os psicólogos se viam como carcereiros ao serem produzidos e exercitados por essa política de

<sup>24</sup> FOUCAULT, *A verdade e as formas jurídicas*.

<sup>25</sup> FOUCAULT, *Vigiar e punir*, p. 243.

<sup>26</sup> FOUCAULT, *Vigiar e punir*, p. 125

<sup>27</sup> *Ibidem*, p. 244 e 245

fabricação de corpos individualmente e socialmente docilizados. Tal como o soldado ou os diretores, os trabalhadores são produzidos com tal semelhança no modo de trabalho dessa política. As técnicas de vigia que normaliza e fiscaliza são apontadas no trabalho do psicólogo quando ele se depara mais como um agente controlador de benefícios e prestação de contas dos usuários do que como um agente potencializador de garantias e direitos sociais. Na figura do *Carcereiro*, o psicólogo faz a analogia com o seu trabalho.

A gente tem o problema do carcereiro, do policial, do professor. A gente acaba se confundindo com o outro. Quer dizer, esses caras, quando não são braços para trabalhar, são bons para punir. Aí a gente acaba ficando assim também. A gente acaba se tornando muito mais parecido com os caras do que gostaria.<sup>28</sup>

Ao lado do *Carcereiro*, como analogia dos mecanismos de controle da sociedade agora figura o *Capitão do Mato*, já que outros mecanismos e estratégias mais sutis de regulamentação não só dos corpos, mas dos modos de vida de uma população forjados pelo biopoder. Esse outro personagem existiu na história do Brasil, na época do tráfico e escravidão dos negros africanos para as terras brasileiras. Naquela sociedade escravocrata, o Capitão do Mato era um empregado de categoria de baixa valorização, comumente um escravo liberto, que trabalhava na captura dos escravizados fugitivos em troca de recompensas ou visando a maiores prestígios. Por ser um homem da camada inferior tinha que apresentar *bons antecedentes* para exercer a função, era, assim, um homem dotado de perícia e habilidades para manter a ordem na sociedade.

São homens livres pobres que trabalhavam em favor dos interesses patrimoniais dos senhores. Na verdade, estamos falando de homens livres de cor [sic], geralmente escravos libertos, que se prontificavam a participar da repressão institucionalizada contra a fuga de escravos, sendo estratégicos para isso justamente porque conheciam a região e as táticas de fuga. [...] O capitão do mato adquiria um meio de sobrevivência e prestígio vigiado e autorizado pelos senhores locais, em troca de sua perícia em controlar ou conter revoltas e fugas de escravo. Esta perícia definia-se por sua capacidade de conhecer os signos socioculturais do mundo dos quilombolas e outros escravos fugidos. Devido justamente a esta perícia, que implicava proximidade social e cultural com os cativos, havia o temor implícito de que os capitães do mato pudessem contribuir para a desordem. Entretanto [...] a origem comum e as condições de miserabilidade e marginalização não criavam necessariamente um horizonte de expectativa grupal entre escravos e capitães do mato, mas sim uma necessidade de afastar-se das marcas desprestígio do cativo.<sup>29</sup>

O papel do empregado das fazendas que aprisionava os corpos dos negros, que segundo a sociedade da época, eram destituídos de almas, foi sendo substituído pela versão contemporânea do *Capitão do Mato*. A pressuposição da propriedade das almas era devida aos interesses econômicos e políticos da sociedade. O Capitão do Mato agora exerce o poder

<sup>28</sup> Psicólogo entrevistado.

<sup>29</sup> BEZERRA, Entre *escravos e senhores*.

de salvamento nas redes de atenção ao sujeito, que é submetido às formas subjetivas de captação e assujeitado aos modos de vida instituídos pelo capitalismo.

Nessa analogia ao trabalho dos profissionais da política da Assistência, outros autores apontam que, igualmente por interesses econômicos e políticos da sociedade atual, ocorreu a distribuição de almas a todos, independentemente da etnia ou situação econômica ou social; também, foi substituída a missão de aprisionar os corpos pela missão atual de resgatar as almas daqueles que, apesar de serem detentores da alma, perderam-na ou corromperam-na pela condição econômica ou social.

Estariamos direcionando nosso trabalho socioeducativo a uma espécie de Capitão do Mato da Sociedade de Controle? Na sociedade escravocrata brasileira a principal função desse profissional era capturar o escravo fugitivo. Ao Capitão do Mato cabia resgatar um “corpo não humano”, um corpo “sem alma” que não aceitava as leis da época, leis humanas, boas para todos que eram humanos. O que autorizava tamanha barbárie era justamente o conceito de alma: nessa época era possível escravizar aqueles que não possuíam alma. Atualmente, onde a alma foi democraticamente distribuída para todos, um adolescente/favela, descendente ou não dos anteriormente despossuídos de direitos-alma e que por ventura da sorte se encontra em conflito com a lei – ou seria a lei que se encontra em conflito com o adolescente? – repete esse não aceitar às leis. A diferença é que, com a ascensão dos direitos humanos, o corpo não pode mais ser tocado. É sobre a alma, portanto, que se deve agir. Uma alma que precisa ser resgatada. Se o Capitão do Mato resgatava, às leis senhoris, um corpo sem alma, o risco que corre a socioeducação é de vir a ser um instrumento para resgatar almas às leis deste déspota que Guattari e Rolnik nominaram Capitalismo Mundial Integrado.<sup>30</sup>

Além dessas funções às quais o psicólogo identifica algumas de suas próprias ações, os entrevistados consideram que o cotidiano captura não só a prática profissional como os envolve nos emaranhados das relações de assujeitamento. O servidor também é submetido a formas de gestão que influenciam diretamente o seu exercício e o cotidiano do trabalho. São submetidos a um controle que não mais se apresenta nas formas de regras e normas ou portões fechados das instituições, mas que é pulverizado nos modos de gestão do trabalho. A questão da vigilância se traduz nas relações, nas micropolíticas, na horizontalidade dos processos de trabalho em que se expande e interioriza em um modo mais eficaz de controle. É como um controle de um olho que tudo vê.

Existem aí duas coisas: o olhar e a interiorização; no fundo, não será o problema do custo do poder? O poder, na verdade, não se exerce sem que custe alguma coisa. Existe evidentemente o custo econômico e Bentham fala sobre ele: quantos vigias serão necessários? Consequentemente, quanto a máquina custará? Mas existe também o custo propriamente político. [...] Já o olhar vai exigir muito pouca despesa. Sem necessitar de armas, violências físicas, coações materiais. Apenas um olhar. Um olhar que vigia e que cada um, sentindo-o pesar sobre si, acabará por interiorizar, a ponto de observar a si mesmo; sendo assim, cada um exercerá esta vigilância sobre e contra si mesmo. Fórmula maravilhosa: um poder contínuo e de custo afinal de contas irrisório. [...] o olhar teve uma grande importância, mas, como eu disse, está longe de ser a única e mesmo a principal instrumentação colocada em

<sup>30</sup> MARASCHIN; RANIERE, *Socioeducação e identidade*, p. 102.

prática.<sup>31</sup>

Assim, o *leão de chácara* é outra analogia construída pelos entrevistados. Os Leões de Chácara são encarregados da segurança e confisco de drogas em portas de boates para prover a segurança nos locais, verificar as identidades dos frequentadores para conferir idades, ou ainda, nos termos brasileiros e angolanos, cuidam também da segurança em fazendas.

A gente foi discutindo alguns elementos assistencialistas que a gente propunha, né? Quando que a gente virava porteiro da pobreza?<sup>32</sup>

No mesmo contexto, a Rainha de Copas é outra personagem que aparece na pesquisa e também nos capítulos finais do livro *Alice no País das Maravilhas*. Essa personagem é descrita como alguém que tem um pavio curtíssimo, é autoritária e responde a qualquer sinal mínimo de desrespeito com a pena de decapitação, pela qual é famosa.

As histórias se passam em cenários onde é necessário crescer ou diminuir para entrar ou permanecer em tais espaços, conforme convém. As histórias apresentam personagens todos loucos, tendo de ser loucos, senão ali não estariam. Comprovados com a afirmação do Rei: “– Tudo, neste mundo, que tem uma cabeça, pode ser decapitado”.<sup>33</sup> Em algumas narrativas dessa pesquisa, as histórias se dão como para o autor de *Alice*, em que tudo se resolve com tal ordem da Rainha, em que, igualmente, todo servidor, tendo uma cabeça, pode ser decapitado.

A despeito da conflitante condição de exercer um cargo de direção em gestões políticas, o foco privilegiado nesse trabalho se deu na perspectiva do trabalhador. Mesmo considerando que o cargo de gestor exige conciliar inúmeros interesses tanto os político-partidários quanto os de alcance coletivo, fizemos uso dos depoimentos relatados pelos servidores que expuseram uma submissão a condições trabalhistas na política de Assistência, sem a observação dos devidos processos de trabalho.

Tem essa gerente, a Rainha de Copas, vamos chamar de Rainhas de Copas: “– Corte as cabeças” e tal. E aí a Rainha de Copas entra nessa reunião... Entrou! Parecia uma invasão, invasão bárbara. [...] Para encurtar a história, foi mais ou menos vinte a vinte e cinco minutos de degladeio ali. Até a Rainha falar assim: “– Você acha que eu não sei dessas coisas que você está falando? Denuncia, cara! Denuncia! você pode ir ao Ministério Público, você pode ir não sei aonde...” E aí naquele momento você percebe que ela queria que eu fizesse uma denúncia, porque a denúncia sendo feita, ia cair na cabeça da secretária... E aí, como fazer, né? Não adianta jogar uma bomba porque vai ser fogo amigo também. Então, é entender esses meandros da política.<sup>34</sup>

<sup>31</sup> FOUCAULT, *O nascimento da medicina social*, p. 12.

<sup>32</sup> Psicólogo entrevistado.

<sup>33</sup> CARROLL, *Alice no país das maravilhas*, p. 87.

<sup>34</sup> Psicólogo entrevistado.

Na visão dos profissionais, a problemática é explicitada por gestões políticas que conduzem os processos de trabalho no serviço público a um cotidiano emaranhado em situações decapitadoras. A problemática que se mostra comum nos depoimentos da maior parte dos psicólogos é traduzida em assédio moral. Dentre os depoimentos, o que aparece repetidamente são tais ações despotencializadoras e que unanimemente são apontadas como assédio moral por parte de alguns gestores que acabam por bradarem uma solução: “– Cortem-lhe as cabeças”.

No Brasil, o exercício arbitrário ou abuso de poder somente é considerado quando acontecido em diligências da justiça, não sendo caracterizado como assédio moral. Entretanto, o assédio moral no trabalho é conceituado por Hirigoyen como:

qualquer conduta abusiva (gesto, palavra, comportamento, atitude...) que atente, por sua repetição ou sistematização, contra a dignidade ou integridade psíquica ou física de uma pessoa, ameaçando seu emprego ou degradando o clima de trabalho<sup>35</sup>.

Embora o instituto jurídico do assédio moral não tenha uma legislação específica, sua ocorrência é reconhecida. Tribunais do Trabalho de várias regiões já criaram jurisprudências acerca do assédio moral, abusos e violação de direitos humanos, conforme é exemplificado abaixo:

O assédio moral no trabalho é espécie do gênero dano moral, sendo também instituto conhecido como hostilização ou assédio psicológico no trabalho. Configura-se quando o empregado é exposto, pelo empregador, a situações humilhantes e constrangedoras durante a jornada laboral, a provocarem no empregado sentimento de humilhação, menosprezo e desvalorização. A realidade de extensa jornada suplementar, embora reconhecida em outra demanda contra o mesmo empregador, não configura hipótese de dano moral ou existencial a ser indenizado.<sup>36</sup>

Tais aspectos direcionam para a discussão no âmbito da saúde do trabalhador e os altos índices de adoecimento no serviço público, em especial no que tange à segurança, educação, saúde e área social. A mecanização do trabalho em áreas que são prioritariamente discursivas e interventivas causa a sensação de impotência e desvalorização, claramente reconhecida como nexos causais do adoecimento desses profissionais.

Foram relatadas situações de perseguições gratuitas; constrangimento ilegal; desvalorização e desqualificação do profissional pessoalmente ou nas relações de trabalho; subaproveitamento do profissional técnico colocando-o, a exemplo, em tarefas administrativas; ameaças de demissão aos vínculos frágeis da contratação terceirizada; ameaças aos concursados que, mesmo respaldados em legislação com o direito à estabilidade

---

<sup>35</sup> HIRIGOYEN, *Mal-estar no trabalho: redefinindo o assédio moral*, p. 17.

<sup>36</sup> 2073620115040241 RS0000207-36.2011.5.04.0241, Relator: LEONARDO MEURER BRASIL, Data de Julgamento: 10/05/2012, Vara do Trabalho de Alvorada, undefined

no emprego e a demissão somente através de processo administrativo, são alvos frequentes de mudança compulsória de local de trabalho ou ameaças de processo administrativo, em especial quando estão em estágio probatório, já que nesse período podem ser exonerados por não apresentarem o perfil desejável para o serviço público.<sup>37</sup>

A gama de sintomas apresentadas nos relatos dos profissionais foi de um adoecimento sutil, com a somatização das causas de estresse no trabalho, traduzidas em crises de mal-estar e ansiedade, alergias, choros, sofrimentos psíquicos, sintomas, quadros de ansiedade. Sintomas que podem chegar até o licenciamento e efetivo afastamento do local de trabalho por incapacidade física ou emocional de lidar com as condições de trabalho.

É nesse ínterim que os relatos apresentados – que estão na pele, subcutâneas, subterrâneas – emergem na superfície das políticas públicas, em movimentos de deslizamento ou personagens que se tornam figuras de cartas sem espessura. As histórias fazem sentido quando “os corpos se misturam, tudo se mistura [...] mesmo as palavras se comem. É o domínio da ação e da paixão dos corpos: coisas e palavras se dispersam em todos os sentidos ou, ao contrário, soldam-se em blocos indecomponíveis”.<sup>38</sup>

O idealizador do país das maravilhas faz com que Alice alcance as superfícies. Ela emerge, remonta e cria. As políticas públicas com as artimanhas e processos de gestão da vida fazem com que os psicólogos – emaranhados no cotidiano do trabalho do serviço público – alcancem as superfícies. Superfícies em que está a desconstrução das formas instituídas e cristalizadas e a construção de outros modos de vida mais potentes.

Os acontecimentos puros e sem mistura brilham acima dos corpos misturados, acima de suas ações e paixões emaranhadas. Como um vapor da terra, desprendem na superfície um incorpóreo, um puro ‘expresso’ das profundezas: não a espada, mas o brilho da espada, o brilho sem espada como um sorriso sem gato.<sup>39</sup>

O Grifo (outro personagem da história de Alice), no final, diz que tudo é apenas fantasia e que ninguém é realmente decapitado.

Depois ficou olhando para a rainha até que ela desaparecesse e então começou a rir baixinho.

– É cômico! – disse, metade para si mesmo, metade para Alice.

– O que é cômico?

– Ora, o quê? Ela, a Rainha! Tudo isso não existe senão na imaginação dela. Nunca se executa ninguém, você sabe disso. Vamos, venha!”<sup>40</sup>

“– Cortem-lhe a cabeça! – berrou a Rainha, a pleno pulmões. Ninguém se mexeu.

– Quem se importa com as suas ordens? – disse Alice, que tinha voltado ao seu tamanho natural. – Você e todos eles, não passam, afinal de contas, de um simples baralho de cartas!”<sup>41</sup>

<sup>37</sup> BRASIL, Lei 8112/1990.

<sup>38</sup> DELEUZE, *Lewis Carroll*, p. 31.

<sup>39</sup> IBIDEM, p. 32.

<sup>40</sup> CARROLL, *Alice no país das maravilhas*, p. 92.

<sup>41</sup> IBIDEM, p. 118.

É assim que, paralelamente a essas discussões, outras forças são pulverizadas nas redes onde se exercem o poder. Para Foucault, “onde há poder há resistências”,<sup>42</sup> sendo as resistências necessariamente o outro termo das relações de poder, inseparáveis e indivisíveis. Como o outro termo das relações, as resistências são construídas nos entremeios em que o controle circula e pelas suas linhas duras da política. Nessa perspectiva, a discussão dos acontecimentos se volta para as facetas dessas relações de poder e controle, e, principalmente das resistências que afirmam a potência da vida.<sup>43</sup> Em uma face dissemina a rede de hierarquias, normas e controles; em outra face pulveriza a criação de novos circuitos de cooperação e colaboração em infinitos modos de encontros.<sup>44</sup>

São as resistências enquanto relações estabelecidas no coletivo que transformam os sujeitos e criam as linhas de fuga. Quanto mais controle, mais se criam linhas de fugas, sendo estas constituídas pelas lutas que se fazem em nome da vida, galgando os novos caminhos e novos modos de existência. As resistências não se configuram em uma tomada de poder ou metas a serem alcançadas, mas fazem parte de todo o processo histórico desdobrados em modos contraditórios, aleatórios e imprevisíveis nas redes em que se movimentam o poder, o controle e o posicionamento de luta pela vida potente, onde se produz uma plasticidade subjetiva sem precedentes e que escapa por todos os lados.<sup>45</sup>

É exatamente a tomada dessa potência da vida que a biopolítica é forjada em uma inversão do termo foucaultiano por autores contemporâneos – a biopotência. É quando se faz possível a inversão do poder sobre a vida para a potência da vida. É desse modo que “a produção biopolítica, em contraste, é imanente à sociedade, criando relações e formas sociais através de formas colaborativas de trabalho”.<sup>46</sup> É a vida como coletivo, cooperação social, afetação, desejo, inteligência, que se refere a ocupar, preencher e inventar os espaços-tempos desse cotidiano.<sup>47</sup>

É em uma cooperação coletiva que se constitui a multidão, quando se pode manifestar uma potência que produz estilos de existência e modos de vida que expressem legitimamente um mundo de igualdade e liberdade em uma sociedade global democrática aberta e inclusiva. A multidão como multiplicidade de todas as diferenças singulares, é a alternativa viva que vem se constituindo dentro da lógica de controle capitalístico da ordem

<sup>42</sup> FOUCAULT, *A História da Sexualidade I*, p. 91.

<sup>43</sup> PELBART, *Vida Capital*; AGAMBEM, *Homo Sacer*; NEGRI e HARDT, *Império*; LAZARATTO, *Puissances de l'invention*.

<sup>44</sup> HARDT; NEGRI, *Multidão*.

<sup>45</sup> PELBART, *Vida Capital*.

<sup>46</sup> HARDT & NEGRI, *Império*, p. 135.

<sup>47</sup> LAZZARATO, *Puissances de l'invention*.

econômica e social mundialmente colocada na contemporaneidade.<sup>48</sup>

Não a multiplicidade inapreensível, mas a multidão, a versatilidade total do ser, sua multidirecionalidade sempre singular. Não só Mille plateaux, mas mil direções, redes variantes. O sujeito é construído sobre essas direções.<sup>49</sup>

É a aposta na vida como potência é que afirmam os filósofos contemporâneos, os psicólogos anônimos do cotidiano, os personagens das políticas públicas contemporâneas. Uma aposta afirmada pelos profissionais, em suas narrativas, ao resistirem às forças das relações de poder em busca de uma potente construção de prática cotidiana. Práticas que partem da problematização dos processos de subjetivação e da constituição de outros modos de existência e estilos de vida. Modos e estilos que não sejam os marcados pelos modelos instituídos, mas que se definam mais por suas linhas de fugas e encontros que traçam o limite do pensamento e do movimento.

São esses movimentos de análise da prática do psicólogo que seguem rumo à construção de políticas públicas efetivas, à resolução das reais demandas da sociedade e à construção de uma coletividade constituída de relações mais éticas e solidárias. É quando se torna possível uma transformação nas relações de poder que vivenciamos as políticas cotidianas de gestão da vida para uma política nesses termos. As resistências a uma interiorização do biopoder e a constituição do plano coletivo que são ‘o fora’, onde de fato se constroem políticas públicas.<sup>50</sup>

As estratégias do poder de controle das gestões nesses entremeios da política abrem caminhos para as estratégias de resistências dos trabalhadores em um plano coletivo. As relações de poder se entremeiam, se estendem, se expandem, acontecem com outros profissionais, em outros equipamentos, com uma rede de relações que permitem isso. Nessa perspectiva, a Assistência Social apresenta mais que um trabalho articulado em rede de serviços, a rede tecida no trabalho social são composições nas relações humanas e produções de subjetividade que envolve os personagens que se movimentam, se conectam e se desdobram em alianças de trabalho e de vida.

Imaginemos uma rede cujos fios – constituídos por materiais de expressão diversos, como: palavras, gestos, moedas, musicalidades, conhecimentos etc. – se entrelaçam. Uma rede que não fosse lisa e sim estriada e cujos fios se misturam em uma trama embaralhada. A rede e os fios que a constituem são históricos. Pensemos que essa rede faça dobras, aproximando pontos distanciados e distanciando pontos próximos. Mas as dobras que se formam também se desfazem e outras então se formam em um movimento incessante. Como um lenço que rola na areia e vai formando desenhos variados ao sabor do vento. As dobras constituem então formas provisórias. Uma espécie de um dentro que não é fechado e que continua sendo parte de um fora-

<sup>48</sup> HARDT & NEGRI, *Multidão*.

<sup>49</sup> NEGRI, *O poder constituinte*, p. 422-425.

<sup>50</sup> BARROS & PASSOS, *A humanização como dimensão pública das políticas públicas de saúde*.

rede.<sup>51</sup>

O que se torna importante na execução do trabalho é potencializar a vida, as vinculações possíveis de vida, e fazer discussões para além do que circunda a questão administrativa ou econômica. Acalmar, amansar, controlar, mortificar são atributos que de sobremodo já são cristalizados nas práticas políticas. Defender os direitos também não passa de competências normativas do profissional.

As alianças tocam a partir dos movimentos de contágio naquilo que toca a vida. As alianças construídas são o que pode comprovar as redes de solidariedade que foram tecidas. É na perspectiva das alianças construídas no cotidiano do trabalho que se estabelecem parcerias e estratégias de compor com as comunidades e afirmar outros modos de existência. Essa composição só se faz a partir de desconstruções de práticas mortificadas e instituídas na máquina estatal.

É esse o trabalho com a comunidade em que diversos personagens se dispõem a contar suas narrativas e apostar nas estratégias de composição de outros modos de vida. O trabalho nada mais é que

histórias-movimentos que sinalizam a significação de ações pautadas na crença da vida e na tentativa da construção de outros movimentos históricos. Ações que expressam persistência, insistência, aprendizados, coletivização, sonhos e esperança. Uma esperança que se vincula ao ato de tecer dia após dia uma outra vida com dignidade e, fundamentalmente, de criar outras formas de participação e cidadania. Cidadania entendida não como um simples padrão radicado no consumo e na necessidade de ter, mas no amplo leque de necessidades individuais, sociais e políticas que precisam ser contempladas e ser efetivamente transformadas em direito para todos.<sup>52</sup>

Histórias e personagens que constituem a política de Assistência Social, em que se entrecruzam psicologia, política e ética, compondo estratégias de gestão, controle e potencialização da vida. O que vemos afirmado nos depoimentos de alguns psicólogos não permite reduzir essas discussões a políticas estatais ou estratégias de governo, mas discursa sobre uma política da vida, uma utopia ativa e realizável. Utopia ativa nos remete ao sentido da ética de um poder constituinte, que alega uma forma política de desutopia e que recusa a utopia alienada e linear.<sup>53</sup> Consideramos então a Psicologia e a Política entremeada a histórias na Assistência Social como personagens de uma utopia ativa, ética, aberta às singularidades, multidão e potência, como a possibilidade de expressão da multidão, da multiplicidade.

É neste sentido que podemos afirmar que essa prática capaz de se aliar ao pensamento institucionalista das utopias ativas, autogestionárias, conscientizadoras,

<sup>51</sup> MACHADO, *Subjetividades contemporâneas*, 212-213.

<sup>52</sup> ARAGÃO & NOVO, *Histórias-movimentos por cidadania*, p. 196.

<sup>53</sup> NEGRI, *O poder constituinte*.

não está ligada ao “pensamento individual”.<sup>54</sup>

Assim, vislumbram-se movimentos de embates das correlações de forças, resistências e a constituição de agentes sociais e redes paralelas de solidariedade. Movimentos que compõem lutas pela vida em outros modos de existências e pela esfera do público com outras concepções dos direitos. “Num processo de verdadeiro aprendizado. Um aprendizado penoso e por vezes extremamente desgastante. Mas, um aprendizado... que se reveste de uma utopia realizável”.<sup>55</sup>

Confiar então a discussão desse trabalho às questões levantadas pelos nossos entrevistados é reafirmar a potência de ações críticas e práticas éticas nas políticas públicas, é acreditar no discurso realizado e no trabalho executado conforme ideal planejado a ser atingido. Ouvir e contar essas histórias da política de Assistência Social nos fez vivenciar, como personagens da própria história, as afetações, fazendo afirmar posicionamentos fortemente críticos, todavia fazendo também perceber a beleza, a potência e a leveza que há no cotidiano do trabalho e da vida, abrindo possibilidades para outras concepções e práticas, que alçam rumo a novas discussões.

Acreditar no mundo significa principalmente suscitar acontecimentos, mesmo pequenos, que escapem ao controle, ou engendrar novos espaços-tempo, mesmo de superfície ou volume reduzidos. [...] É ao nível de cada tentativa que se avaliam a capacidade de resistência, ou ao contrário, a submissão a um controle.<sup>56</sup>

A Psicologia, que nesse trabalho foi escolhida para fazer essa discussão, sempre esteve inserida nas Políticas Sociais, endereçada para conformar certas constituições sociais, e que agora traz a aposta de transformação da sociedade em sua atuação política. Essa é a aposta. Não só feita nos psicólogos ou pelos psicólogos, mas a aposta nas relações entre homens, entre homens e mundo.

Mais do que acreditar no mundo, seria acreditar no liame entre homem e mundo, nessa potência, no amor, na vida, naquilo que podemos inventar, pois o real não é o que já foi dado, mas o que criamos. Temos aí um desafio a nossa contemporaneidade.<sup>57</sup>

Pensamos que esta é a grandeza das lutas de resistência, como nos aponta Foucault, a ética, a liberdade, a insubmissão da liberdade, a luta contra o tornar-se sujeito apreendido e capturado pelos mecanismos externos do controle e dependência ou ainda pelos mecanismos internos das estratégias contemporâneas de poder de controle da consciência ou autoconhecimento de si mesmo com a ideia da identidade, ideais instituídos sobretudo nos

<sup>54</sup> CONDE, *Na trama institucional*, p. 6.

<sup>55</sup> ARAGÃO, *Recorte de uma realidade*, p. 59

<sup>56</sup> DELEUZE, *Conversações*, p. 218.

<sup>57</sup> MACHADO & LAVRADOR, *Loucura e Subjetividade*, p. 57

padrões individualistas do modo de vida regido pela moralidade capitalista e do seu paradigma do modo de ser burguês.

Cabe a nós refletir como e o quanto estamos contribuindo para naturalizar e manter esses modos de vida, refletindo sobre as nossas possibilidades de agir para via de uma *heterotopia foucaultiana* do “autogoverno dos indivíduos livres e autônomos” em um “espaço público, bem entendido, conquistado passo a passo pela recriação e reinvenção constantes de novas formas de sociabilidade e novos estilos de existência”.<sup>58</sup>

Mas coube foi a Carroll, em seu clássico *Alice no país das maravilhas*, declarar que ninguém é decapitado. Todos se inventam, se reinventam, loucos e enlouquecidos, em mundos fantásticos. Mundos embrenhados profundamente nas políticas, nos jogos de poder, no cotidiano público. Mundos que emergiram na superfície compondo outros modos de ser e estar no mundo, como cartas de baralho em um jogo, não descartados ou descartáveis, mas elementos fundamentais na discussão dos jogos de poder nas políticas contemporâneas que segue abaixo como potência, resistência e essencialmente como a construção de alianças no cotidiano das redes de solidariedades.

## REFERÊNCIAS

- ALBERTI, V. *Ouvir e contar: textos em História Oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004. p. 13-31.
- AGAMBEM, G. *Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua I*. Tradução de Henrique Búrigo. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2002.
- ARAGÃO, E. M. A. “Recorte de uma realidade: em busca da construção de Cidadania”. In: NOVO, Helerina Aparecida; SOUZA, L. de; ANDRADE, A. N. de (Orgs.). *Ética, cidadania e participação: debates no campo da psicologia*. Vitória: EDUFES/CCHN Publicações, 2001. p. 43-59.
- \_\_\_\_\_; NOVO, H. A. “Histórias-movimentos por cidadania.” *Civitas: Revista de Ciências Sociais*, v. 6, n. 1, jan.-jun./2006. p. 181-197.
- BENEVIDES DE BARROS, R. “Clínica e social: polaridades que se opõem/complementam ou falsa dicotomia.” In: RAUTER, C.; PASSOS, E.;
- BENEVIDES, R. (orgs.) *Clínica e Política: Subjetividade e Violação dos Direitos Humanos. Equipe Clínico-Grupal*, Grupo Tortura Nunca Mais – RJ. Instituto Franco Basaglia/Editora TeCorá. Rio de Janeiro: 2002. p. 123-139.
- \_\_\_\_\_; PASSOS, E. “A humanização como dimensão pública das políticas públicas de saúde.” *Ciência e Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 3, 2005. p. 561- 571
- BENJAMIN, W. “Sobre o conceito da História.” In: *Obras escolhidas: magia, técnica, arte e política*. 7ª. Ed. São Paulo: Editora Brasiliense, v. 1, 1994. p. 222-253.
- BEZERRA, N. R. “Entre Escravos e Senhores: a ambiguidade social dos capitães do mato.” *Revista Espaço Acadêmico*, ano IV, nº 39, Ago 2004. ISS: 1519.6186. Disponível em:

<sup>58</sup> CASTELO BRANCO, *As lutas pela autonomia em Michel Foucault*, p. 184

<<http://www.espacoacademico.com.br/039/39ebezerra.htm>>. Acesso em: 22 out. 2011.

BRASIL. Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais. \_\_\_\_\_, Brasília, 19 abr 1991.

CARROLL, L. *Alice no país das maravilhas*. Traduzido da edição francesa. Editions, G.P.Paris. 1980.

CASTELO BRANCO, G.. “As lutas pela autonomia em Michel Foucault.” In: RAGO, M.; ORLANDI, L.B.L.; VEIGA-NETO, A. *Imagens de Foucault e Deleuze: ressonâncias nietzschianas*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002. p. 175-184.

CONDE, H. Na trama institucional: o que representam as práticas educativas em saúde?.2003. Disponível em <http://redepopsaude.com.br/redepopsaude/pratedsaudeinst.htm>. Acesso em 05 mai 2013.

DELEUZE, G. *Conversações*. Tradução Peter Pal Pelbart. São Paulo: Editora 34,1992.

\_\_\_\_\_. “Lewis Carroll”. In: *Crítica e clínica*. Trad. Peter Pal Pébart. São Paulo: Editora 34, 1997. p. 31-32.

\_\_\_\_\_. *Espinosa: filosofia prática*. São Paulo: Escuta, 2002.

DUARTE, A. M.. “Biopolítica e resistência. O legado de Michel Foucault.” In: RAGO, M.; VEIGA-NETO, A. (org.) *Figuras de Foucault*. 1 ed. Belo Horizonte : Autêntica, 2006, v. 1, p. 45-56.

FERREIRA, M.S. “Walter Benjamin e a questão das narratividades.” In: *Mnemosine*. v.7, nº 2, *Departamento de Psicologia Social e Institucional/ UERJ* . Rio de Janeiro, 2011. p. 121-133.

FOUCAULT, M. A “Governamentabilidade.” In: *Microfísica do Poder* (1974), 8ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1979. p. 163-174

\_\_\_\_\_. *A História da Sexualidade I: A Vontade de Saber* (1976a). Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro. Edições Graal, 1985, 7ª edição.

\_\_\_\_\_. *A verdade e as formas jurídicas*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Nau Editora, 2008.

\_\_\_\_\_. “O nascimento da medicina social.” In: *Microfísica do poder* (1974). 8ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1979. p. 79-98

\_\_\_\_\_. *Em defesa da sociedade: Curso no Collège de France* (1975-1976), (trad. de. Maria Ermantina Galvão). (1976b) São Paulo: Martins Fontes, 2000 (Coleção Tópicos).

\_\_\_\_\_. *Segurança, Território e População. Curso no Collège de France* (1977-1978). Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008. Coleção Tópicos.

\_\_\_\_\_. *O nascimento da Biopolítica. Curso no Collège de France* (1978-1979), (trad. de. Eduardo Brandão). São Paulo: Martins Fontes, 2008 (Coleção Tópicos).

\_\_\_\_\_. “O sujeito e o poder.” In: Hubert L. Dreyfus e Paul Rabinow. *Michel Foucault, uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica*. Tradução de Vera Porto Carrero e Gilda Gomes Carneiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995. p. 231-249.

\_\_\_\_\_. *Vigiar e punir: história da violência nas prisões*. 23. ed. Petrópolis: Vozes, 1975.

HARDT, M. ; NEGRI, A. *Multidão: guerra e democracia na era do Império*. Tradução de Clovis Marques. Rio de Janeiro: Record, 2005.

HIRIGOYEN, M. F. Mal-estar no trabalho: redefinindo o assédio moral. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

LAZARATTO, M. *Puissances de l'invention*. Paris, Les Empêcheurs de penser em rond, 2002.

MACHADO, L. A. D. “Subjetividades contemporâneas.” In: BARROS, Maria Elizabeth B.(org.) *Psicologia: questões contemporâneas*. Vitória, EDUFES, 1999. p. 231-247.

\_\_\_\_\_; LAVRADOR, M. C. “Loucura e Subjetividade”. In: MACHADO, L.D.; LAVRADOR, M.C.C.; BARROS, M.E.B. (orgs.) *Texturas da Psicologia: Subjetividade e política no contemporâneo*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2001. p. 45-58.

MARASCHIN, C.; RANIERE, É. “Socioeducação e identidade: onde se utiliza Foucault e Varela para pensar o Sinase.” *Rev. katálysis*, Florianópolis, v. 14, n. 1, Jun. 2011.

NEGRI, A. *O poder constituinte: ensaio sobre as alternativas da modernidade*. Tradução Adriano Pilatti. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

\_\_\_\_\_; HARDT, M. *Império*. Rio de Janeiro: Record, 2000.

ORLANDI, E. P. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. 5. ed. Campinas, SP: Editora Pontes, 2003.

PÊCHEUX, M. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. Trad. de Eni Pulcinelli Orlandi. Campinas, SP: Pontes, 1990.

PELBART, P.P. *Vida Capital: ensaios de biopolítica*. São Paulo: Iluminuras, 2009.

PIRES, Maria Helena Martins Costa. “Analogia e Semelhança.” In: *Dicionário Crítico de Arte, Imagem, Linguagem e Cultura*. Disponível em: <<http://www.artecoa.pt/index.php?Language=pt&Page=Saberes&SubPage=ComunicacaoELinguagemImagem&Menu2=Autores&Slide=14>> Acessado em 07 abr. 2013.

2073620115040241 RS0000207-36.2011.5.04.0241, Relator: LEONARDO MEURER BRASIL, Data de Julgamento: 10/05/2012, Vara do Trabalho de Alvorada, undefined